

ACM garante fim de privilégios de juizes

* 1 OUT 1997

ESTADO DE SÃO PAULO

Regimento prevê que cabe a presidente do Senado decidir casos omissos, como propor destaque no 2º turno

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), precisará utilizar o poder do cargo para propor na votação do segundo turno da reforma da Previdência, dia 8, o destaque que acaba com a aposentadoria especial para os magistrados.

O regimento do Senado diz que os casos omissos serão decididos pelo presidente. É isso que ACM fará, porque o regimento não prevê o destaque supressivo — que retira parte de um texto — no segundo turno de votação de uma emenda constitucional.

A medida a ser adotada pelo presidente do Senado tem precedentes. O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carrero, lembra que em 1993 o então presidente Humberto Lucena (PMDB-PB) usou as prerrogativas

do cargo para destacar uma emenda sobre a questão tributária. Agora Carrero deu a mesma idéia a ACM: que apresente o destaque que acaba com a aposentadoria especial dos magistrados.

Supressão — Na prática, o presidente do Senado vai recorrer aos destaques para votação em separado (DVS), que provocam tanta polêmica na Câmara. O governo,

vez por outra, tenta até extingui-los. ACM vai submeter ao plenário do Senado um destaque da presidência, para votação em separado, retirando do texto da emenda constitucional da reforma da Previdência o termo “no que couber”. O plenário votará então o requerimento. Se aprovado, a expressão será excluída do texto da reforma.

Pressão — Para ser reincluído, é preciso haver manifestação de pelo menos 49 senadores (três quintos da Casa, o quórum obrigatório para emendas constitucional) a favor. O termo “no que couber”, aprovado por 54 senadores governistas e 5 da oposição, permite que os magistrados opinem sobre seu sistema de aposentadoria.

Foi incluído na reforma da Previdência por pressão do lobby dos magistrados, que durante dias atuou nos corredores do Senado e não deixou de visitar nenhum parlamentar pelo menos três vezes.

DÚVIDA É SE
SENADORES
RESISTIRÃO A
LOBBY

Para retirar a aposentadoria especial dos magistrados do texto da Constituição o presidente do Senado vai enfrentar o lobby dos juizes. Ninguém no Senado duvida de que ACM tem determinação para encarar muito mais do que esse lobby. O que se perguntam os líderes é se os demais senadores, que sucumbiram à pressão dos magistrados no primeiro turno, resistirão agora na supressão. (J.D.)